

CORREIO ECONÔMICO



Operação combate crimes que somam R\$ 55 bilhões

Operação da PF busca suspeitos de crimes digitais

Sob a suspeita de movimentar mais de R\$ 55 bilhões em criptoativos, desde setembro de 2021, a Polícia Federal (PF), com apoio da Receita Federal, deflagrou, nessa terça-feira (10), a Operação Nifheim, com o objetivo de desarticular três grupos criminosos que atuam no mercado digital. Investigações apontaram indícios de lavagem de dinheiro e envio de divisas

ao exterior (Estados Unidos, Hong Kong, Emirados Árabes e China).

Estão sendo cumpridos oito mandados de prisão e 19 de busca e apreensão em Caxias do Sul (RS), São Paulo (SP), Fortaleza (CE) e em Brasília (DF), além do bloqueio de valores em contas bancárias e de criptoformas dos investigados, que somam R\$ 9 bilhões, além do arresto de veículos e imóveis.

Origem ilícita

Entre as conclusões da investigação, a PF descobriu que os grupos criminosos atuavam em diversas operações financeiras, que se caracterizavam pela origem 'ilícita' do recurso, por "clientes" do tráfico de drogas e do contrabando, além de uso de empresas de fachada.

Uma organização

Por atuarem de forma organizada e manterem relações entre si, os grupos criminosos podem ser considerados pela PF uma única organização criminosa, atuando em localidades diversas, que vão desde Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, a Orlando, (EUA).



Alívio tributário a empresas só deve durar este ano

Câmara dos Deputados aprova projeto de desoneração fiscal

Após ter sido aprovado pelo Senado, o projeto de lei, em regime de urgência que garante a desoneração da folha de pagamento de empresas de 17 setores econômicos intensivos em mão de obra, e prefeituras de até 156 mil habitantes), até o final deste ano, passou pelo crivo da Câmara dos Deputados, nessa se-

gunda-feira (9).

Com a desoneração, grandes empregadores passarão a contar com alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, o que implica redução de custos com contratações nos setores têxtil, calçados, construção civil, call center, comunicação, fabricação de veículos, tecnologia e transportes.

Só em 2024

A matéria legislativa, na verdade, só deverá manter a validade até o final deste ano, pois, a partir de 2025, tem início um escalonamento crescente da contribuição sobre a folha de pagamento, que passará a 5%; de 10% em 2026, de 15% em 2027, até chegar a 20% em 2028.

Compensações

Entre as medidas de compensações, face à desoneração fiscal, destaca-se para: repatriação de recursos depositados no exterior, mediante pagamento de IR, sem necessidade de trazer recursos para o Brasil, mas regularizá-los, e atualização do valor de bens imóveis.

Deflação

A exemplo do recuo registrado no IPCA, o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) – que mede a variação da cesta de compras para famílias com renda até cinco salários mínimos – apresentou deflação de 0,14% em agosto, depois de avançar 0,26%, no mês anterior.

Alimentos

Devido ao efeito deflacionário no mês passado, o INPC agora acumula variação de 2,80% no ano e 3,71% em 12 meses, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para o resultado, pesou o recuo de 0,63% dos produtos alimentícios.

Pela primeira vez, em mais de um ano, IPCA deflaciona

Indicador de inflação cai 0,02% em agosto, ante alta de 0,38%, em julho

Por Marcello Sigwalt

Primeiro resultado negativo do ano (e desde junho de 2023, quando houve queda de 0,08%), o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) apresentou deflação de 0,02% em agosto, o que representa um recuo de 0,40 ponto percentual (p.p.) ante o mês anterior, que havia crescido 0,38%. Os dados foram divulgados, nessa terça-feira (10) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O 'tombo' no indicador foi fortemente influenciado pela retração da Habitação (-0,51%), a reboque das reduções nos preços da energia elétrica residencial (-2,77%), e Alimentação e bebidas (-0,44%) que, por sua vez, refletiu a segunda queda consecutiva da alimentação no domicílio (-0,73%). No acumulado do ano, o IPCA soma 2,85% e e 4,24% nos últimos 12 meses.

Ao destacar a relevância do efeito da mudança, para verde, da bandeira tarifária de energia



Continuidade do 'aperto monetário' deve estar no cerne da deflação do IPCA

para a retração do grupo habitação, o gerente da pesquisa, André Almeida, comenta que "a principal influência veio de energia elétrica residencial, com o retorno à bandeira tarifária verde em agosto, onde não há cobrança adicional nas contas de luz, após a mudança para a bandeira amarela em julho".

No caso específico do grupo de Alimentação e bebidas (-0,44%), a alimentação no domicílio (-0,73%) teve o segundo recuo consecutivo, após cair 1,51% em julho. Também recuaram os preços da batata inglesa (-19,04%), do tomate (-16,89%) e da cebola (-16,85%). A respeito de tal de-

sempenho, Almeida comenta que "o principal fator que contribuiu para a queda nos preços foi uma maior oferta desses produtos no mercado por conta de um clima mais ameno no meio do ano, que favorece a produção desses alimentos, com maior ritmo de colheita e intensificação de safra".

Baixa na alimentação foi determinante

No campo das elevações dos alimentos, o destaque coube ao mamão (17,58%), a banana-prata (11,37%) e o café moído (3,70%).

Abaixo da variação anterior (0,39%), a alimentação fora do domicílio cresceu 0,33%, em que o subitem lanche desacelerou de 0,74% em julho para 0,11% em agosto, enquanto a refeição acelerou de 0,24% para 0,44%.

Por sua vez, o grupo Trans-

portes (0,00%) ficou estável, em grande parte, em decorrência de movimentos de preços, em sentidos opostos, de seus principais subitens, com altas em combustíveis (0,61%), gás veicular (4,10%), gasolina (0,67%) e óleo diesel (0,37%), enquanto o etanol recuou 0,18% e as passagens aéreas 'encolheram' 4,93%.

"A queda no preço das passagens aéreas em agosto pode ser explicada por um movimen-

to contrário ao observado em julho, mês de férias escolares, quando as passagens aéreas são mais demandadas por conta de viagens que as famílias realizam", conclui Almeida.

Sete localidades registraram variações positivas e oito, negativas: A maior delas foi em Porto Alegre (0,18%), devido à alta na passagem aérea (21,59%), e a menor de -0,54% em São Luís, sob efeito da queda da energia elétrica residencial (-4,52%).

Já Fortaleza apresentou estabilidade (0,00%).

O IPCA abrange as famílias com rendimentos de 1 a 40 salários-mínimos, residentes nas regiões metropolitanas de capitais como Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, além do Distrito Federal e dos municípios de Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju. (M.S.)

Comportamento deflacionário afeta Selic

Por Marcello Sigwalt

A surpreendente deflação de 0,02% do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em agosto voltou a elevar o grau de incerteza, entre economistas, quanto ao comportamento do Banco Central (BC) com relação à Selic (taxa básica de juros) – atualmente, no patamar de 10,5% ao ano – no curto prazo.

Em que pese à previsível pressão sobre os preços, nessa reta final do ano, o entendimento dominante é de que a autoridade monetária deverá manter 'cautelá' em relação aos juros básicos, tendo em vista a mudança recente de viés do indicador inflacionário.

Neste aspecto, a avaliação de especialistas é no sentido de que os diretores do BC devem ponderar muito, ante dados que apontam a perspectiva de inflação mais suave, ainda



Ante à queda inflacionária, viés da Selic passou a ser enigma

que 'desancoradas' e acima da meta inflacionária fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pois estas, no momento, encostam no teto de 4,5%.

Ainda assim, persiste a expectativa de que o Comitê de Política Monetária (Copom) deverá promover uma alta da

Selic, na reunião que realiza, na próxima semana. No entanto, não está descartada a hipótese de manutenção da taxa básica, face ao viés de baixa dos índices de preços.

Ao considerar que a performance do IPCA de agosto foi bastante positiva, tanto

Petrobras 'derrete' e bolsa perde 0,30%

O dólar fechou em forte alta de 1,32% nesta terça-feira (10), a R\$ 5,653, com investidores repercutindo os possíveis impactos na trajetória dos juros brasileiros após os dados do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), indicador oficial da inflação do país.

A moeda ainda se valorizou globalmente em sinal de cautela dos investidores, em meio à queda de commodities no exterior e antes da divulgação de

dados de inflação dos Estados Unidos.

Já a Bolsa perdeu 0,30%, aos 134.319 pontos, em pregão embalado pela queda dos papéis da Petrobras e da Vale.

Os preços ao consumidor tiveram queda (deflação) de 0,02% em agosto, segundo dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A expectativa do mercado era de leve variação positiva de 0,01%, de acordo

com a agência Bloomberg.

É a primeira redução na inflação desde junho de 2023, quando a baixa havia sido de 0,08%. Segundo o IBGE, o novo resultado foi influenciado pelas quedas dos preços da energia elétrica residencial e de alimentos.

Com os dados de agosto, o IPCA passou a registrar uma inflação menor, de 4,24%, no acumulado de 12 meses. É uma desaceleração ante a taxa de

4,5% até julho.

O resultado vem em um momento de grande atenção sobre os próximos passos do BC (Banco Central) em relação à taxa básica de juros do Brasil, a Selic, atualmente em 10,50% ao ano.

Desde a reunião do Copom em julho, dirigentes da autoridade monetária têm reiterado que um novo ciclo de aperto está à mesa para levar a inflação de volta ao centro da meta.